

Evolução recente da economia brasileira e o processo de desindustrialização

José Marangoni Camargo

Como citar: CAMARGO, J. M. Evolução recente da economia brasileira e o processo de desindustrialização. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A.; VIEIRA, R. L. (org.). **Economia e Sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 237-256.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-559-9.p.237-256>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA E O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

José Marangoni Camargo

INTRODUÇÃO

As crises econômicas e financeiras têm sido cada vez mais frequentes na atual etapa do Capitalismo, sobretudo a partir do início dos anos 70. A crise econômica mundial em curso desde 2008 que se diferencia em relação às anteriores é que esta surge e atinge especialmente o centro do sistema capitalista, os chamados países centrais ou desenvolvidos, particularmente os Estados Unidos, o Japão e com mais intensidade, as nações do bloco da União Europeia, naquilo que Krugman (2011) tem chamado de *pequena depressão*. Segundo Harvey (2011, p. 13), o FMI estimava que mais de 50 trilhões de dólares de ativos tinham desaparecido em 2009. Desde então, assiste-se a uma lenta agonia das economias centrais, com uma recessão que vêm se prolongando na órbita do Euro, com taxas negativas de crescimento econômico ainda em 2012, que se reflete em um brutal aumento das taxas de desemprego e uma pálida recuperação das economias americana e japonesa.¹ Por outro lado, como enfatiza o autor, os efeitos da crise têm sido espacialmente desiguais. Os países que preservaram os seus sistemas financeiros da lógica neoliberal de desregulamentação,

¹ Sobre os efeitos da crise econômica e a explosão das dívidas públicas dos países da União Européia, ver Chesnais (2012).

sem permitir que se integrassem totalmente ao sistema financeiro internacional, tem tido um desempenho econômico mais satisfatório, como Índia e China. Em países como o Brasil, em que o sistema financeiro também é mais regulado e não totalmente integrado à rede global, e a ausência de bolhas especulativas em determinados mercados como o imobiliário, os efeitos da crise econômica mundial se fizeram sentir, mas em uma magnitude menor do que nos países centrais (Gráfico 1).

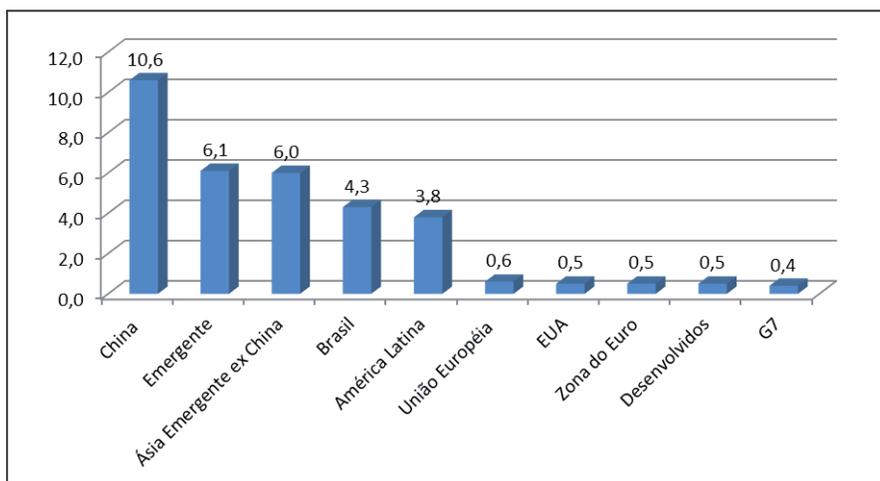


Gráfico 1- Crescimento do PIB no período de 2007-2011.

Fonte: Fundo Monetário Internacional e Barros (2012).

DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE

Entre 2007 e 2011, a economia brasileira cresceu em média 4,3% ao ano, desempenho este que foi um pouco superior ao da América Latina, enquanto os países centrais apresentaram uma taxa de expansão de apenas 0,5% ao ano neste período. Em 2009, ano em que os efeitos da crise econômica mundial se fizeram sentir com mais força, o Brasil teve uma queda do PIB de 0,3%, enquanto os países desenvolvidos tiveram um desempenho bem mais negativo. A economia americana sofreu um declínio de 2,6% neste ano, o Japão, -6% e a União Europeia, -3,5%. Em síntese, a economia brasileira teve um comportamento que pode ser considerado satisfatório em uma conjuntura internacional desfavorável. Por outro lado, a expansão do PIB do Brasil ficou muito aquém ao das principais economias

emergentes, como a China e a Índia. Além disso, o crescimento econômico no último ano foi decepcionante, quando o PIB apresentou uma expansão de apenas 0,9% em 2012. Ainda assim, a evolução da economia brasileira na última década foi bem superior ao verificado nos dois decênios anteriores. Na primeira década deste milênio, o crescimento do PIB foi de 3,5% ao ano em média, o dobro do verificado na década de 80 e 50% superior ao dos anos 80 e 50% maior do que o observado nos anos 90 (Gráfico 2).

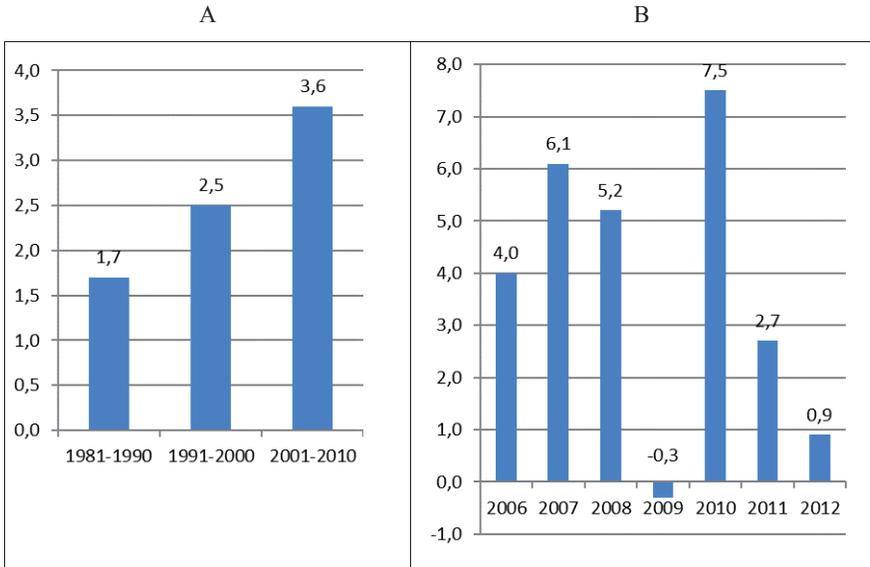


Gráfico 2 - PIB brasileiro no período de 1981-2012: Variação anual (A) e da média decenal (B).

Fonte: IBGE e BARROS (2012)

Esse desempenho da economia brasileira no período recente possibilitou a melhoria de alguns indicadores socioeconômicos, como o comportamento do mercado de trabalho, que continuou a apresentar uma evolução mais favorável. As taxas de desemprego das Regiões Metropolitanas, medidas pelo IBGE, tiveram uma nítida tendência de declínio a partir de 2004, que caiu de 11,49 % da PEA neste ano para 5,97% em 2011. Mesmo em 2009, ano em que o PIB sofreu uma redução, os níveis de desemprego apresentaram pouca alteração (7,91% em 2008 para 8,09% em 2009). O grau de formalização da força de trabalho, ou seja, o percentual

das ocupações com carteira de trabalho assinada, também se recuperou no período, mesmo em 2009, aumentando sua participação na ocupação total. Entre 2003 e 2011, foram criados mais de 15 milhões de empregos formais, reduzindo o grau de informalidade do mercado de trabalho, ao contrário do verificado na década de 90, quando cresceu significativamente a precarização das condições de trabalho, através do aumento das ocupações por conta própria ou sem registro. No caso das áreas metropolitanas, o emprego formal passa a representar 61,2% do total das ocupações em 2011, contra 53,4% em 2006.

Além da tendência de um maior grau de formalização das relações de trabalho, observa-se também uma recuperação dos salários reais a partir de 2003. No entanto, é preciso olhar estes dados sobre o mercado de trabalho com cuidado, na medida em que a maior formalização do emprego e o crescimento dos salários reais na realidade implicam apenas um retorno aos patamares existentes em meados dos anos 90. Além disso, os novos postos de trabalho com carteira são empregos com baixa remuneração. Mais de 90% das novas vagas formais oferecidas no período são de até dois salários mínimos e mais de 80% dos ocupados recebem rendimentos de até três salários mínimos.

De qualquer forma, o quadro no Brasil nesta primeira década do século, contando com um cenário externo mais favorável até 2008 e mesmo depois da eclosão da crise econômica e financeira mundial neste ano, que nos afetou com menos intensidade que nos países centrais, possibilitou taxas de crescimento médias superiores às duas décadas anteriores, com efeitos positivos sobre o mercado de trabalho. Internamente, a formulação de um conjunto de políticas sociais, como a recomposição do valor real do salário mínimo e a concessão da bolsa família possibilitaram também um crescimento da renda dos segmentos mais baixos e uma pequena desconcentração da renda, revertendo uma tendência de aumento da desigualdade observada desde os anos 60.

No caso do salário mínimo, o poder de compra real em 2011 mais do que dobrou em relação a 1995, quando ele atingiu o seu patamar mais baixo historicamente, desde que foi criado em 1940. Essa recuperação do valor real do salário mínimo tem um forte impacto sobre a renda, na medida em que, segundo o DIEESE (2010), mais de 50 milhões de

pessoas são beneficiadas pelos seus reajustes, incluindo 19 milhões de aposentados e pensionistas que ganham em torno deste piso. Ainda assim, é preciso lembrar que o seu valor ainda está distante do patamar de 1940 e apesar dos contínuos aumentos reais nos últimos anos, o seu valor ainda representa apenas a metade do verificado em fins dos anos 50, quando atingiu o seu maior patamar em termos reais. Os programas de transferência de renda como a expansão da bolsa família, que alcança 14 milhões de famílias atendidas em 2012, e beneficia em torno de 40 milhões de pessoas, em que pese os baixos valores pagos, também garantiu um acréscimo de renda para os segmentos mais pobres.

Essa conjugação de fatores possibilitou uma pequena melhoria no quadro distributivo, mesmo depois da crise, como se pode verificar pela evolução do índice de Gini para o período entre 1960 e 2010. Depois de uma contínua elevação do indicador de distribuição de renda, atingindo o auge da desigualdade em 1990, há uma diminuição do índice a partir desse período, possibilitando em 2010 voltar aos níveis do início dos anos 60. No entanto, deve-se levar em conta que este índice capta com mais acuidade as diferentes modalidades de renda do trabalho, do que as rendas provenientes da propriedade. Além disso, apesar dos avanços na arena distributiva, o país ainda continua a ser um dos mais desiguais do mundo, e o acesso a serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico, terra, habitação e transporte público, que são indicadores importantes das condições de vida, continua ainda muito precário e desigual.

Do ponto de vista macroeconômico, a redução da taxa de juros básica, a mais baixa nos últimos trinta anos, e a expansão do crédito, especialmente para os financiamentos imobiliários e para a compra de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, possibilitaram amenizar os efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira. A relação crédito/PIB passou de 24,6% em 2002 para 49,1% em 2011, refletindo a expansão do consumo e do nível de endividamento das famílias. A evolução da formação bruta de capital se elevou de 16% do PIB entre 1999/2003 para 19,3 em 2011/12, sinalizando um aumento na taxa de investimento da economia (BORGES, 2013). No entanto, o crescimento da economia apoiada na expansão do consumo e do maior endividamento das famílias apresenta limites e é necessário elevar o nível de investimento

para algo em torno de 22% do PIB e de produtividade da economia brasileira para garantir um processo de crescimento auto-sustentável em um período mais longo de tempo. Para tanto, é fundamental, além de manter a taxa de juros em um patamar que estimule os novos investimentos na economia, também estabelecer uma taxa de câmbio mais favorável para a produção interna como um dos mecanismos essenciais para aumentar a competitividade frente aos produtos importados, sobretudo no caso dos bens industriais.

O estabelecimento de políticas econômicas que visem aumentar a competitividade da produção doméstica, como uma política monetária mais branda, e uma taxa de câmbio mais desvalorizada enfrentam, no entanto, resistências de determinados segmentos da sociedade, como os grandes bancos e setores rentistas, com forte apoio da mídia. Estes alegam que essas políticas são insustentáveis porque trará pressões inflacionárias que tornará necessária aumentar novamente a taxa de juros básica da economia, como já vem ocorrendo nos últimos meses.

No entanto, apesar das taxas de inflação nos últimos anos estarem “acima da meta” estabelecida pelo banco Central, os problemas centrais da economia brasileira, a meu ver, são de outra natureza. Se observarmos o comportamento da inflação em uma trajetória mais de longo prazo, podemos constatar que os índices de inflação oficial, medidos pelo IPCA do IBGE, apresentam uma tendência de relativa estabilidade nos últimos anos. Além disso, no caso do Brasil, há uma nítida queda da dívida pública em relação ao PIB desde 2003, ao contrário do que tem se verificado nos países centrais, especialmente depois de 2008. A dívida líquida pública, que representava 60,4% do PIB em 2003, se reduz para 36,1% do PIB em 2011, o que enfraquece os argumentos de que o Estado gasta muito e se apropria de recursos do setor privado e causa tensões inflacionárias adicionais.

O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Apesar do desempenho da economia brasileira ter sido mais satisfatório a partir de 2002, há, por outro lado, duas questões que são extremamente importantes e que se agravaram a partir da crise econômica de 2008. A primeira, que tem sido objeto de crescente debate, polêmico

e controverso, trata-se do processo de desindustrialização em curso e da tendência de reprimarização da economia brasileira, no sentido de uma especialização regressiva, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo. Pode-se observar pelos dados do gráfico 3 que o setor secundário manteve a sua participação no PIB desde o final dos anos 90 (em torno de 27% do total), chegando mesmo a aumentar a sua participação em 2004. Mas quando se analisa especificamente a participação da indústria de transformação, é clara a diminuição do seu peso no PIB a partir de 2004, queda esta que se acelera de 2008 em diante (queda de 18,7% em 1995 para 13,3% em 2012). A indústria como um todo praticamente mantém a sua participação (27,7% em 1995 e 26,3% em 2012), principalmente em função do crescimento da indústria extrativa mineral, graças sobretudo ao aumento da produção interna de petróleo e a expansão do segmento da construção civil, puxado pelo crescimento do crédito imobiliário.

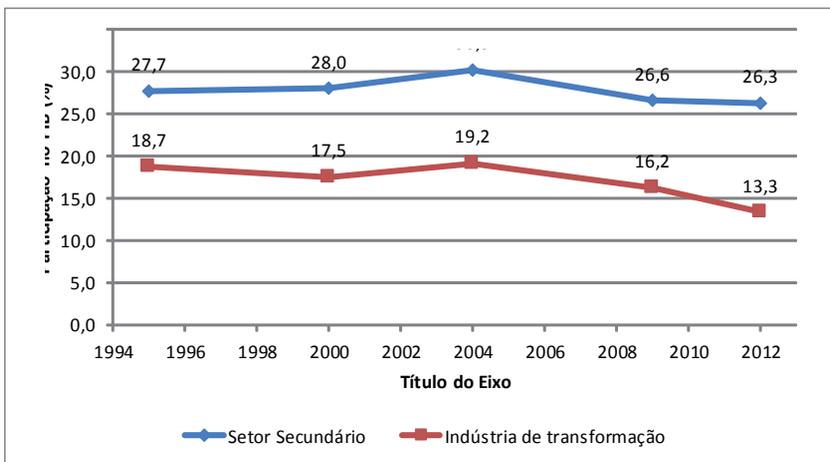


Gráfico 3 - Participação do Setor Secundário e da Indústria de Transformação no PIB – 1995-2012.

Fonte: IBGE

Considerando o período de 2000 em diante, o desempenho da indústria ficou muito aquém do crescimento da economia brasileira como um todo e em relação aos outros setores de atividade econômica, especialmente o da indústria de transformação (tabela 1). Enquanto a economia brasileira apresentou uma taxa média de expansão anual de 3,41% ao ano entre 2000

e 2012, o setor secundário cresceu 2,67% em média e a indústria de transformação apenas 2,23% ao ano, contra um incremento médio anual de 3,43% na agricultura (que assim manteve a sua participação no PIB nesse período) e os serviços cresceram 3,50% ao ano entre 2000 e 2012.

Assim, a indústria de transformação brasileira, depois de ter alcançado uma participação máxima no PIB em 1985, de 27,2%, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2013), encolheu mais de 30% em termos relativos entre 2004 e 2012 e retrocedemos ao nível de 1955, antes do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek. Segundo estimativas da entidade que representa os industriais de São Paulo, se esse quadro não se alterar, estima-se que em 2029 a indústria de transformação representaria apenas 9,3% do PIB, menos do que o setor responde hoje em países centrais como França e Inglaterra, onde o processo de desindustrialização tem ocorrido há mais tempo e alcançado um grau mais avançado.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto - Variação Anual Total e dos Setores de Atividade Econômica – 2000-2012.

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO ANUAL DO PIB (2000-2012)
AGRICULTURA	3,43
SERVICOS	3,50
INDÚSTRIA	2,67
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2,23
PIB TOTAL	3,41

Fonte: IPEA.

Pelos dados da tabela 2, que mostra uma comparação do desempenho da indústria de transformação para vários países para o período de 1991 a 2011, percebe-se que além do peso do setor industrial no Brasil ser atualmente um dos menores entre os países selecionados, o país tem sido também um dos que tem apresentado taxas mais baixas de crescimento do setor nesse período, sendo superior apenas a de alguns países centrais, onde o processo de desindustrialização está mais avançado e depois da indústria ter alcançado patamares mais elevados nestes países. Ou seja, em

nações de renda per capita elevada, e onde o setor de serviços alcançou um alto nível de desenvolvimento e de produtividade, calcado em inovações tecnológicas e em conhecimento, sendo considerado um processo “natural” de desindustrialização, como uma etapa mais avançada do desenvolvimento econômico. Já em países como a China e Coréia, a indústria de transformação não apenas representa um elevado percentual no PIB destes países como também tem crescido inclusive a taxas superiores a das suas economias, sendo o polo dinâmico destes países, alavancando a expansão econômica em geral, além de estimular o crescimento econômico em outras nações asiáticas, como Malásia, Tailândia e Indonésia (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 29).

Tabela 2 - Taxas de crescimento médias anuais da indústria de transformação - 1991 - 2011.

PAÍSES	Indústria de Transformação no PIB (em %) 2011	Taxas Anuais de Crescimento da Indústria de Transformação (1991 – 2011)
China	32,2	12,2
Coréia do Sul	31,2	7,2
Tailândia	29,9	4,9
Malásia	24,6	6,3
Indonésia	24,3	5,4
Alemanha	22,6	1,1
Argentina	20,6	4,1
Japão	19,1	0,6
México	18,2	2,6
Rússia	16,0	0,5
Itália	16,0	0,3
Brasil	14,6	2,2
Índia	13,9	7,2
EUA	12,6	3,1
Reino Unido	10,8	0,4
França	10,1	1,1

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2013).

Estes dados mostram que a taxa anual de crescimento da indústria de transformação no Brasil tem sido inferior também ao dos Estados

Unidos e mesmo às da Argentina e México, sendo que nestes últimos o setor industrial ainda tem um peso relativamente maior nestas economias que no Brasil e estamos muito distantes em termos de participação do setor no PIB comparativamente aos países asiáticos. Este desempenho medíocre da indústria brasileira tem se traduzido em uma perda de sua participação em termos globais. Segundo dados de Cano (2012), a participação do Brasil na produção industrial mundial, que era de 2,8% em 1980, caiu para 2% em 1990 e para apenas 1,7% do total em 2010. Ou seja, a perda de importância da indústria brasileira no cenário global é anterior à ascensão da China como grande potência industrial, seja porque outros países continuaram a se industrializar nesse período, como os asiáticos, e no caso específico do Brasil, o país vem apresentando um processo de desindustrialização, seja em termos mundiais, ou como perda de participação no PIB, que precede ao efeito China, isto é, já desde 1985.

Assim, pode-se afirmar que há sinais de que o processo de desindustrialização em curso no Brasil possa ser considerado um processo precoce ou prematuro, isto é, antes de um desenvolvimento mais robusto e qualitativo do setor de serviços intensivo em conhecimento e que possibilite índices mais expressivos de produtividade do trabalho (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 12-15). Além da perda de importância relativa da indústria de transformação na economia brasileira, há uma tendência de especialização econômica em atividades intensivas em recursos naturais e de menor conteúdo tecnológico. Esta tendência de regressão produtiva da estrutura econômica brasileira é reforçada quando se verifica o peso crescente das commodities na pauta de exportação do país. Os produtos manufaturados, que chegaram a representar mais de 60% das exportações brasileiras em 2000, passaram a apenas 37% em 2011, enquanto os produtos básicos saltam de 23% do total em 2000 para quase 50% em 2011 (CANO, 2012, p. 12).

Na realidade, desde a abertura comercial no início dos anos 90 e a implementação do Plano Real em 1994 discute-se se a economia brasileira tem apresentado ou não uma tendência de desindustrialização precoce e uma especialização regressiva, que se reflete também em uma pauta de exportações progressivamente centrada em commodities agrícolas e minerais. A política macroeconômica desde 1999 tem priorizado na maior parte

deste período o controle da inflação, sendo a taxa de juros o mecanismo adotado para alcançar esta meta, a geração de superávits fiscais e a taxa de câmbio flutuante. A combinação destas políticas, junto com a abertura comercial que a antecede tem ocasionado uma entrada maciça de dólares, em grande medida de caráter especulativo, e uma valorização cambial, com impactos sobre a economia brasileira e a estrutura industrial.

Como aponta Almeida (2008), a valorização cambial tem efeitos contraditórios sobre a economia brasileira, particularmente sobre o setor industrial. Se de um lado, as importações de bens de capital e matérias-primas ficam mais baratas, reduzindo os custos de produção e possibilitando a modernização de vários segmentos produtivos, por outro levam a um desadensamento de algumas cadeias produtivas. A conjunção de uma rápida abertura econômica e a valorização do Real tem afetado de forma diferenciada os vários segmentos da indústria brasileira. Segundo Paulino (2011), frente à concorrência externa, parte da indústria regrediu, como o ramo eletroeletrônico, enquanto que os segmentos que estavam relativamente inseridos em cadeias produtivas mundiais e que se reestruturaram como as indústrias automobilística e aeronáutica conseguiram manter seu espaço, inclusive porque passaram a utilizar crescentemente insumos e componentes importados, a preços mais baixos. Outros ramos, por outro lado, como o de mineração e agroindustrial, foram favorecidos por uma conjuntura externa favorável de elevação das cotações das commodities no mercado internacional a partir de 2002.

Os efeitos desse ciclo de alta dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, puxado especialmente pela demanda chinesa e a consequente valorização cambial decorrente desse processo sobre a estrutura produtiva do país são controversos. Para alguns autores como Bresser Pereira, citado por Paulino (2011), o grande afluxo de divisas decorrentes do aumento das exportações de recursos naturais leva tanto a uma valorização da moeda nacional como a uma perda de competitividade das demais manufaturas, sobretudo dos bens de maior conteúdo tecnológico. A continuidade dessa tendência por um período mais prolongado poderia ocasionar uma desindustrialização mais acelerada e uma dependência externa crescente do país dos produtos básicos e de menor valor agregado, como soja, minério de ferro e outras *commodities* agrícolas e minerais. Posições semelhantes são

defendidas pelo Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial (2011) e por Almeida (2008), sendo que este alerta para o risco de uma rápida reversão desse ciclo de alta de preços internacionais, ocasionando sérios problemas nas contas externas do país, assim como por ter adotado uma postura que representou a ausência de políticas coordenadas para conter os efeitos disruptivos da valorização cambial.

Nessa mesma linha de argumentação, vários autores enfatizam que a indústria de transformação continua a ser o setor mais dinâmico da economia, ao gerar efeitos de encadeamento para trás e para frente nas cadeias produtivas e ser o setor mais importante do ponto de vista da geração e difusão do progresso técnico, portanto, pelos ganhos mais expressivos de produtividade. O peso crescente dos produtos de baixo valor agregado na pauta de exportações do país e o desaparecimento de elos das cadeias produtivas substituídos pelas importações seriam um indicador do processo de desindustrialização em curso no país (COSTA; GONÇALVES, 2012; TORRES; SILVA, 2012). Para Morceiro, Gomes e Magacho (2012), apesar de não poder afirmar que esteja ocorrendo um processo de desindustrialização generalizada da economia brasileira, há evidências de que um número expressivo de segmentos industriais está promovendo um processo absoluto ou relativo de substituição da produção local por bens importados, especialmente nos produtos de maior conteúdo tecnológico, na medida em que uma parte expressiva do crescimento da demanda interna “vazou” para o exterior.

Para De Negri e Alvarenga (2011), a *primarização* da pauta de exportações brasileira resultou não apenas de um desempenho extremamente favorável das exportações de *commodities*, mas também da perda de competitividade do país em outros produtos, especialmente os mais intensivos em tecnologia, onde a valorização cambial teve um papel crucial. No entanto, para os autores ainda é prematuro afirmar que esteja em curso um processo de desindustrialização da economia brasileira, mas uma tendência de maior participação dos setores tradicionais na estrutura produtiva, dependendo da magnitude e da duração dos efeitos do cenário externo sobre esta estrutura. Segundo estes, a previsão é de que este ciclo de valorização das *commodities* não deve se esgotar no curto prazo, dado um desequilíbrio na oferta e demanda mundial de alimentos, especialmente pelo duradouro

e elevado crescimento da economia chinesa, grande demandante destes produtos no mercado internacional. Posição análoga também é a de Paulino (2011), enfatizando que a perda de competitividade de setores mais dinâmicos da economia brasileira não significa necessariamente um processo inexorável de desindustrialização. No entanto, alerta que esta menor competitividade deve-se não apenas ao câmbio defasado, como também a outros problemas estruturais como a deficiente infraestrutura, especialmente a de transportes, a elevada carga tributária, a ausência de uma política nacional de inovação, entre outros pontos de estrangulamento da economia brasileira.

Para Furtado (2008), também o crescimento da demanda chinesa deverá manter os preços relativos favoráveis aos produtos primários por um longo tempo, o que poderia acarretar, em função de uma renda extraordinária de caráter duradouro, um processo semelhante à “doença holandesa”. Mas para o autor, alguns destes efeitos ocorrerão em uma proporção muito mais limitada em economias como a brasileira, marcada por um elevado grau de integração interindustrial e cadeias industriais diversificadas. Se de um lado, há uma tendência da economia brasileira ser menos autossuficiente e diversificada e uma maior dependência das exportações nas áreas primárias, a forte demanda da China por matérias primas e produtos com forte intensidade em recursos naturais oferece janelas de oportunidades para promover transformações qualitativas da estrutura econômica do país. Através da formulação de políticas, programas e instrumentos que sejam capazes de desenvolver novas tecnologias e soluções inovadoras, poderá reforçar a competitividade das cadeias exportadoras e que possuem um forte grau de integração e capacidade de irradiação para outros setores internos e que possam evitar uma especialização excessiva e empobrecedora da estrutura econômica brasileira. É o que defendem também De Negri e Alvarenga (2011), ao afirmar que o bom desempenho dos setores tradicionais podem fomentar setores que contenham maior grau tecnológico, como por exemplo, a produção de bens de capital agrícolas, a indústria química e a de petróleo, através da formulação de políticas industrial e de inovação.

Para Além et al. (2011), a forte expansão das vendas brasileiras de commodities nos últimos anos, especialmente para a Ásia, não representa necessariamente uma tendência de *reprimarização* de sua pauta de expor-

tações. Os autores se baseiam em trabalho realizado por Abdon et al., que adotando o modelo desenvolvido por Hidalgo e Hausmann, utilizam estatísticas de exportação de 124 países para o período 2001-2007 e chegam a conclusão de que nesse ranking de países, o Brasil encontrava-se na 30ª colocação, uma posição intermediária quando considerada uma medida de complexidade de sua pauta de exportação. O grau de complexidade da pauta é dado pela existência de capacitações específicas necessárias que um determinado país possui e que tende a se refletir em uma pauta mais diversificada de exportação ou capacitações exclusivas, quando um número reduzido de países participa do comércio internacional, o que requer em geral um domínio de inovações e processos por poucas empresas.

Barros (2008) entende que, apesar dos desafios ainda a serem enfrentados, o conjunto de reformas implantadas a partir de 1994 na economia brasileira e as mudanças ocorridas na economia mundial, com o desenvolvimento de um novo polo dinâmico representado pela China, possibilitaram um ciclo de crescimento econômico mais sustentável no Brasil no início deste século. A incorporação da China à economia de mercado e a sua gigantesca população provocou uma mudança nos preços relativos mais favoráveis às commodities e que tendem a perdurar por um longo período de tempo, fortalecendo as contas externas brasileiras, na medida em que possibilitou a geração de saldos comerciais elevadíssimos a partir de 2004. Para o autor, o fortalecimento das contas externas do país, apesar dos riscos da “doença holandesa”, criou as condições para a estabilização monetária como também reencontrar o caminho do crescimento econômico sustentado, via expansão do consumo, do crédito e do investimento.

O crescimento mais expressivo da economia e da demanda interna na última década, combinado a uma valorização da taxa de câmbio, por outro lado acentuou o desequilíbrio comercial nos setores industriais de maior valor agregado e intensidade tecnológica, segundo Almeida (2008). A balança comercial da indústria de transformação, depois de registrar um superávit externo desde 2002 e atingir o maior saldo em 2005, quando o Brasil registrou superávit de US\$ 31,1 bilhões, passa a apresentar resultados menos expressivos a partir de 2006 e se torna negativa em 2008. Este déficit alcança um patamar recorde de US\$ 50,6 bilhões em 2012, depois de um saldo negativo de US\$ 48,7 bilhões no ano anterior (INSTITUTO

DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2013). A balança comercial como um todo apresentou em 2012 ainda um superávit de US\$ 19,4 bilhões, o menor desde 2003, graças ao saldo positivo de outros produtos, como os agrícolas e minerais, que usam intensivamente recursos naturais e em que o país possui grandes vantagens comparativas na produção e que registraram expressivas elevações de preços.

Os segmentos industriais de média e alta intensidade tecnológicas apesar de apresentaram historicamente déficits comerciais, registraram um saldo negativo sem precedentes em 2012, de quase de US\$ 84 bilhões, enquanto que em 2011 este resultado tinha sido negativo em US\$ 82 bilhões. Entre os produtos considerados de alta intensidade tecnológica, contribuíram para este déficit sobretudo aparelhos e componentes eletrônicos, de informática e instrumentos médico-hospitalares e de precisão e produtos da indústria farmacêutica, com um saldo negativo de mais de US\$ 25 bilhões em 2012. No caso dos *bens de alta tecnologia*, somente a indústria aeronáutica e espacial obteve superávit, de US\$ 765 milhões neste ano. Para os bens de média-alta tecnologia, o maior déficit foi verificado em produtos químicos, seguido pelo segmento de máquinas e equipamentos mecânicos e de Máquinas elétricas, Surpreende também o elevado déficit em material de transporte, superior a US\$ 5 bilhões, afetado principalmente pelo resultado negativo da indústria automobilística. Além disso, o grupo das atividades classificadas como de média-baixa intensidade tecnológica passou a partir de 2010 a registrar déficits, que em 2012 foi de -US\$ 7,8 bilhões, afetado especialmente pelo comportamento negativo dos combustíveis e produtos de petróleo (Tabela 3).

Tabela 3- Balança Comercial – Indústria de Transformação - 2010/2012 (em US\$ bilhões).

SEGMENTOS	2010	2012
Alta Intensidade Tecnológica	- 26,2 bilhões	- 29,3 bilhões
Média-Alta Intensidade Tecnológica	- 39,3 bilhões	- 51,6 bilhões
Média-Baixa Intensidade Tecnológica	- 8,2 bilhões	- 7,8 bilhões
Baixa Intensidade Tecnológica	38,9 bilhões	38,2 bilhões
Total	-34,8 bilhões	-50,6 bilhões

Fonte: Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial (2013).

É no segmento de bens de baixa tecnologia que o país apresentou resultados mais expressivos neste ano, com um superávit de US\$ 40,9 bilhões, obtido particularmente em função do desempenho das indústrias de alimentos, bebidas e fumo, com um saldo positivo de US\$ 38,2 bilhões. As atividades da indústria madeireira, de papel e celulose e impressão gráfica, por sua vez, registraram um superávit de US\$ 6,0 bilhões em 2012. Por outro lado, dois segmentos considerados de baixa tecnologia têm sofrido mais intensamente os efeitos do câmbio apreciado e da concorrência externa, principalmente dos produtos chineses, representados pela indústria de brinquedos e o conjunto das indústrias têxtil, de vestuário, couro e calçados (INSTITUTO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2013).

Este quadro acima aponta claramente para uma perda de ritmo e de competitividade dos segmentos mais dinâmicos e intensivos em tecnologia da indústria brasileira. Apesar de o Brasil aumentar seu *market share* no comércio mundial de bens, de 0,88% do total em 2000 para 1,26% em 2009, este resultado deve-se fundamentalmente a evolução das exportações de *commodities*, no qual o Brasil passou a representar 4,66% das exportações mundiais, contra uma participação de 2,77% em 2000. Por outro lado, neste período, o Brasil reduziu a sua fatia nas exportações de alta intensidade tecnológica, em que representava 0,52% do comércio mundial em 2000, e que passou a 0,49% em 2009. Isso fica evidente também quando se analisa a participação das *commodities* no total das vendas externas do país. A participação destes produtos nas exportações brasileiras, que oscilavam em torno de 40% do total desde os anos 90, alcançou 51% do total em 2010 (DE NEGRI; ALVARENGA, 2011). Segundo os autores, essa tendência de *primarização* das exportações brasileiras se acentuou com a crise, que se refletiu em um forte recuo do comércio mundial em 2009, puxado pelo comportamento negativo dos países centrais e com a continuidade do crescimento da economia chinesa, com uma presença cada vez maior nas importações de matérias-primas.

Uma segunda questão que tem se agravado no período recente refere-se ao aumento da vulnerabilidade das contas externas do país, com uma deterioração da balança de pagamentos, por conta de um expressivo crescimento do déficit da balança de conta corrente, especialmente dos serviços. Tradicionalmente deficitária, a balança de rendas e serviços tem

apresentado saldos fortemente negativos e crescentes nos últimos anos, principalmente por conta da elevação de remessa de lucros das filiais das multinacionais para as suas matrizes, em um contexto de elevadas dificuldades atravessadas por estas empresas a partir da crise econômica em curso desde 2008. Destacam-se também os crescentes déficits na rubrica viagens internacionais, superando US\$ 15 bilhões em 2012. Em ambos os casos, a valorização cambial tem sido um forte indutor no crescimento do déficit na conta de serviços, assim como na redução do saldo da balança comercial no período mais recente. A soma do déficit em conta corrente com as amortizações dos empréstimos externos alcançou em 2012 um total de mais de US\$ 90 bilhões, em grande parte coberto pela entrada de capitais externos na forma de investimentos diretos externos (IDE), mas que podem agravar a remessa de lucros e dividendos no futuro. Adicionalmente, a valorização do câmbio e a elevada remuneração dos títulos públicos, já que a taxa de juros básica quase sempre esteve em um elevado patamar no período analisado, também tem atraído capitais especulativos de curto prazo. Estes contribuem para fechar as contas da balança de pagamentos, mas por tratar-se de capitais extremamente voláteis, tendem a regressar rapidamente aos seus países de origem em um contexto de maior instabilidade econômica.

O resultado deste crescente déficit em conta corrente da balança de pagamentos brasileira (que passa a representar quase 3% do PIB em 2012 e de 3,67% nos doze últimos meses até outubro deste ano), é um aumento da necessidade de capitais internacionais para fechar as contas externas, aumentando a vulnerabilidade externa. Ao mesmo tempo, a dívida externa do país, que chegou inclusive a cair entre 1999 a 2006, volta a crescer de forma acelerada nos últimos anos, o que também implica em maiores despesas representada pelos custos de amortização do principal e dos juros dos empréstimos contraídos externamente.

A dívida externa brasileira aumentou 60% depois da crise financeira de 2008 e quase dobrou desde 2006, principalmente via endividamento das empresas. A dívida total em relação ao PIB, em torno de 14% no final de 2012, ainda é relativamente baixa comparativamente a outros países, e o nível de reservas internacionais, de US\$378 bilhões, em fins deste ano, permitem afirmar que os riscos são menores do que os enfren-

tados no final da década de 90. Mas em um cenário externo marcado pela instabilidade e turbulência e com o acirramento da concorrência, com dificuldades crescentes para exportar principalmente produtos industriais de maior valor agregado e conteúdo tecnológico, aumentamos a dependência das exportações de commodities. Estas, por sua vez, dependem muito da demanda chinesa e em um contexto de continuidade da crise nos países centrais e um menor ritmo de expansão da economia da China, o longo ciclo de aumento de preços das commodities pode ter chegado ao fim, o que nos torna mais vulneráveis do ponto de vista das contas externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, ao longo dos últimos anos, diversos indicadores socioeconômicos do Brasil apresentaram uma evolução favorável, como uma pequena melhora no quadro distributivo, com redução do desemprego, recuperação dos salários e diminuição da desigualdade de renda, favorecida adicionalmente pelo conjunto de políticas sociais como a bolsa família e a recomposição do salário-mínimo. Do ponto de vista macroeconômico, também alguns indicadores apresentaram avanços, como a redução da dívida líquida pública, uma razoável estabilidade dos patamares inflacionários e uma taxa de crescimento econômico mais substancial que nas duas décadas anteriores. No entanto, apesar dos avanços, é preocupante a perda de competitividade de determinados segmentos da economia brasileira, sobretudo os ramos mais avançados da indústria, com riscos crescentes de desindustrialização, regressão produtiva e uma reprimarização da pauta de exportações do país. Ademais, em um cenário externo pouco promissor, aumentaram os riscos de uma crescente vulnerabilidade externa do país.

Grande parte das análises sobre a economia brasileira entende que a indústria de transformação ainda desempenha um papel central para o crescimento econômico autossustentado. A indústria possui um maior encadeamento intersetorial que nos demais setores, ou seja, demanda insumos, componentes e produtos finais, tanto do próprio setor como máquinas, equipamentos, veículos, quanto de outros setores, como matérias-primas agrícolas e minerais, energia elétrica, serviços, gerando efeitos nas cadeias produtivas para trás e para frente. Ou seja, o crescimento industrial

estimula o crescimento econômico dos demais setores, sendo ainda o setor dinâmico da economia. Ademais, a indústria é a principal geradora e difusora do progresso técnico, resultando em um maior incremento da produtividade vis a vis outros setores e os retornos de escala são crescentes, além de ser o setor em que as remunerações e o grau de formalização do trabalho são mais satisfatórios (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

Todo processo de desenvolvimento econômico não pode prescindir da indústria. Não se registra casos históricos de países que se desenvolveram sem um setor industrial importante (com exceção da Austrália) e de um papel ativo do Estado, o que reforça a tese de que é necessário formular um projeto nacional de desenvolvimento, adotando políticas de estímulo e de aumento da competitividade que permitam reindustrializar a sua economia e recuperar a participação do setor no PIB.

REFERÊNCIAS

- ALÉM, A. C. et al. *Sinopse Internacional*, Rio de Janeiro: BNDES, n. 15, abr., 2011.
- ALMEIDA, J. S. G. As contradições do ciclo de commodities. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 81, p. 23-31, jul., 2008.
- BARROS, L. C. M. Um novo futuro. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 81, p. 11-20, jul., 2008.
- BARROS, O. *Está distante a volta do crescimento mais acelerado no Brasil?* São Paulo: Bradesco, 2012.
- BORGES, B. Anular efeito de preços muda debate sobre modelo de crescimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 2013. Mercado.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de comércio exterior. *Estatísticas do comércio exterior*. Brasília, 2011.
- CANO, W. *A desindustrialização do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2012. (Texto para Discussão n. 200).
- CARNEIRO, R. *Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina*. Santiago do Chile: CEPAL, (Série Macroeconomía del Desarrollo, n.117, 2).
- CHESNAIS, F. *As dívidas ilegítimas*. São Paulo: Temas e Debates, 2012.
- COSTA, K. V.; GONÇALVES, F. O. Desindustrialização e especialização tecnológica: uma análise empírica entre 1989-2010. In: ENCONTRO NACIONAL

DE ECONOMIA DA ANPEC, 40., 2012. Porto de Galinhas. *Anais...* Porto de Galinhas: ANPEC, 2012.

DE NEGRI, F.; ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações do Brasil: ainda um dilema. *Boletim Radar*, Brasília, DF: IPEA, n. 13, p. 7-14, abr., 2011.

DIEESE. Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010. *Nota Técnica* n.86, 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2010/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO –FIESP. *Por que reindustrializar o Brasil?* São Paulo: Departamento de Competitividade e Tecnologia, 2013.

FURTADO, J. Muito além da especialização regressiva e da doença holandesa. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 81, p. 33-45, jul., 2008.

HARVEY, D. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL-IEDI. Indústria de Transformação por intensidade tecnológica em 2012: Ainda não temos uma política de demanda efetiva. *Carta IEDI*, São Paulo, n. 464, 2013. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_603.html>. Acesso em: 18 jan. 2014.

KRUGMAN, P. A pequena depressão. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2011. Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2307201105.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

MORCEIRO, P.; GOMES, R.; MAGACHO, G. Conteúdo importado na produção industrial e na demanda final do Brasil recente: uma proposta de indicadores de importação e de conteúdo nacional/estrangeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 40., 2012. Porto de Galinhas, PE. *Anais...* Porto de Galinhas, PE: ANPEC, 2012. Disponível em: <www.anpec.org.br/.../i8-0d42fdcad4948e70750397aa844a862b.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

PAULINO, L. A. A industrialização do Brasil e o debate atual sobre desindustrialização. In: CAMARGO, J. M.; CORSI, F. L.; VIEIRA, R. L. *Crise do capitalismo: questões internacionais e nacionais*. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 119-140.

TORRES, R. L.; SILVA, H. C. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 40., 2012. Porto de Galinhas, PE. *Anais...* Porto de Galinhas, PE: ANPEC, 2012. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i8-5033012422c5212f0f02dcf0a55176d7.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.